

Vigília de esperança chega ao fim com um desafio

Arquivo — Foto de José Carlos Brasil



O povo perdeu o seu símbolo, e o Governo, se não é o de Tancredo, necessita parecer-se totalmente com ele

O sistema de forças políticas que está no poder, formado pelo PMDB, pela Frente Liberal e pela dissidência do PDS, sabe que o seu instrumento constitucional para todos os lances à vista é o Presidente José Sarney. Todas as linhas passam por ele, no Palácio do Planalto, e pela consolidação da legalidade.

Esta constatação indiscutível apaga e ultrapassa eventuais frustrações. Afinal, o PMDB é o partido mais forte do esquema e que ganhou a eleição indireta no Colégio Eleitoral com a vitória de Tancredo Neves, sustentada por um maciço apoio popular.

Mas a discussão não teria qualquer objetividade.

Assentada a preliminar de unânime aceitação de que é preciso respeitar as regras que a todos protegem, a prioridade se desloca para a preocupação de somar à legitimidade constitucional do Presidente, no pleno exercício do mandato, a legitimidade indispensável do apoio popular.

Todo o esquema vai ser acionado para a operação política de identificar o Governo como um herdeiro legítimo do Presidente Tancredo Neves. Herdeiro de compromissos, do programa. O que representar Tancredo passa a ser sagrado. Porque será preciso transferir, em operação delicada mas inadiável, um pouco das esperanças depositadas pelo povo em Tancredo para um Governo que se habilite à herança, ainda sob a forte comoção da tragédia.

O Governo de José Sarney vai procurar confundir-se com a imagem que o povo construiu

para o Governo de Tancredo, que não chegou a empossar-se.

Na montagem da operação de emergência, alguns indicadores estão definidos. Como a evidente manutenção do ministério, obra-prima de ourivesaria burlada pelas mãos de Tancredo no seu último ato político e que exauriu as suas reservas, desgastadas pelo esforço da campanha. O ministério poderá sofrer ajustes eventuais daqui a alguns meses. Mas, no momento, é intocável. Redoma de vidro que protege o Governo e através da qual ele precisa ser visto e identificado pelo povo.

Um Governo com a equipe de Tancredo, que vai executar o programa de Tancredo, com a determinação de devotos. Buscando, ao menos na primeira hora, a linha popular, ampliando as medidas moralizadoras, adotando atitudes de imediato respaldo do povo.

Diretas não

O Governo de José Sarney da Aliança Democrática, do PMDB, da Frente Liberal e da dissidência do PDS tem pela frente um risco e um adversário político.

O risco da eleição direta, voltando às ruas na recidiva da decepção. O Governo, claro, não pode ser contra eleições presidenciais diretas. Mas não tem nenhuma razão nem qualquer interesse em antecipar prazos, cedendo à pressão de projetos que não são os seus e antes de consolidar posições.

O Governo começa acautelando-se para não ser atropelado por uma onda emocional que inunde as ruas e arrebeite no Congresso, exigindo eleições diretas para agora, para este ano. Para não ficar contra, necessita manter a iniciativa. Jogando a decisão sobre as diretas para a Constituinte de 86, procurando respirar fundo este ano. Pois, na emergência, o Governo monta os seus esquemas para o amanhã. Mais longe não é possível enxergar por entre o nevoeiro desses primeiros dias tumultuados.

Na empreitada da consolidação política, o Governo de Sarney tem o seu adversário plenamente identificado: claro, é o Governador Leonel Brizola. Um temível adversário pela capacidade de mobilização popular. Mas que, paradoxalmente, ajuda a arrumar a casa e garante a solidez da sustentação militar. Sem Brizola, a campanha das diretas seria uma coisa. Com Brizola, outra. Pode arrebatar as ruas, mas esbarra nos muros dos quartéis. E, numa transição como a que começamos a viver desde hoje, isso também conta. E tem o seu peso.

Fazendo das fraquezas, forças, usando sua grande arma que é inequívoca condição de última estação da legalidade o Governo de Sarney tem muitas possibilidades de negociação.

A primeira e mais sedutora é o apelo à conciliação nacional. Um apelo que dará a tônica do primeiro pronunciamento do Presidente José Sarney à Nação, ainda no clima dramático destas primeiras horas angustiantes. A dura realidade da luta pelo poder, que é a inspiração legítima de

toda militância política, desaconselhou a ampliação do aceno a conciliação a um efetivo convite a um pacto político. O Presidente Sarney conclamará o povo a que se una para a defesa da sua vitória, para a consolidação das mudanças, para a sustentação do legado de Tancredo Neves. Mas, politicamente, o discurso do Presidente José Sarney tratará prioritária e exclusivamente da reafirmação da Aliança Democrática dos compromissos herdados e que são, de agora por diante, a própria razão que justifica a sua presença na chefia do Governo.

O novo Governo necessita de apoio popular e de confiança política. O apoio popular será buscado no esforço de identificação com a mística de Tancredo, que uniu o País numa corrente emocional sem precedentes e que daqui por diante se preserva pelo toque de martírio. Afinal, o companheiro de chapa de Tancredo e seu sucessor para a totalidade do mandato de duração imprevisível, tem o que apresentar ao povo. Desde que rompeu com o PDS, desligou-se do Governo João Figueiredo, o seu comportamento tem sido absolutamente exemplar. Com os retoques impecáveis do teste difícil do exercício da interinidade no quadro conhecido. Sarney foi o parceiro perfeito ao longo da campanha, presença constante em todos os comícios. Firmou uma legenda de lealdade que mereceu o reconhecimento consagrado na carta de Tancredo, seu último documento político.

O restante fica por conta da imaginação e do desempenho do Governo, da sua capacidade de gerar impactos e tomar iniciativas que selem o pacto com o povo, imprimindo-lhe a credibilidade das medidas concretas.

A legitimidade política do Governo de José Sarney, complementando a inequívoca legitimidade constitucional, pode ser mais facilmente encontrada na crescente valorização do Congresso. Na medida em que o Congresso salta da marginalização humilhante dos últimos 20 anos para o reconhecimento de que é o poder que pode apresentar o selo do voto popular, vai se transformando no centro de equilíbrio do País. O Governo, ainda constrangido e traumatizado, pode descarregar no Congresso a responsabilidade pelas decisões políticas. No Congresso, o que for decidido tem a evidência da mais pura legitimidade. E o Governo, desde a interinidade, vem adotando por necessidade o figurino congressual que justifica as esperanças do Professor Afonso Arinos na possibilidade de uma nova e agora efetiva experiência parlamentarista.

Um Governo que se instala na maior tragédia de toda a história republicana necessita acima de tudo de aceitação popular. Esta é a operação inicial, a preocupação e o objetivo do Governo.

O povo já realizou muitos milagres. Desde a campanha das diretas que mudou o País, criando a pressão que virou o fio do Colégio Eleitoral. Derrotado pelo Congresso, permaneceu na rua. E descobriu que as mudanças poderiam ser alcançadas com a utilização das armas do casuísmo. A campanha das diretas transformou-se na campanha das mudanças, encontrou o seu candidato e o seu símbolo em Tancredo Neves.

O povo perdeu o seu símbolo. A sua vitória foi tragada pela fatalidade que não passa pela garganta, travada pela decepção. O Governo, que herdou a vitória do povo e que herdou o mandato, o programa, o ministério e as esperanças de Tancredo, sabe que precisa encontrar os caminhos para o encontro com o povo. Se não é o Governo de Tancredo, necessita parecer-se com ele, num esforço total de identificação. Para que o povo não sinta que perdeu a vitória e se desespere.